

HABEAS CORPUS Nº 562.485 - SP (2020/0040765-5)

RELATOR : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**
IMPETRANTE : MATHEUS FERNANDO DA SILVA DOS SANTOS
ADVOGADO : MATHEUS FERNANDO DA SILVA DOS SANTOS -
SP300462
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : WESLEY DA SILVA OLIVEIRA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de WESLEY DA SILVA OLIVEIRA, em face de acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO assim ementado (fl. 42):

HABEAS CORPUS EXECUÇÃO CRIMINAL PLEITO DE ELABORAÇÃO DE NOVO CÁLCULO DE PENAS PARA CONCESSÃO DE LIVRAMENTO CONDICIONAL INCONFORMISMO RELATIVO AO RECONHECIMENTO DE REINCIDÊNCIA ESPECÍFICA MATÉRIA ANALISADA EM JULGAMENTO DE AGRAVO EM EXECUÇÃO IMPOSSIBILIDADE DE NOVA APRECIÇÃO DA MESMA MATÉRIA NESTA INSTÂNCIA JURISDICIONAL IMPETRAÇÃO NÃO CONHECIDA.

Consta dos autos que o Juízo das Execuções indeferiu o pleito defensivo de reelaboração dos cálculos, para considerar a inexistência de reincidência específica entre os delitos de tráfico de drogas e tráfico privilegiado.

Impetrado *mandamus*, o Tribunal local dele não conheceu.

Daí o presente *writ*, em que o impetrante sustenta, em síntese, que para fins de cálculo da pena para obtenção do livramento condicional, não se pode reconhecer a reincidência específica do tráfico privilegiado, por não ostentar este último a natureza de crime hediondo.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para que seja retificado o cálculo das penas do paciente, excluindo a anotação de reincidência específica, para fins de livramento condicional.

A liminar foi indeferida (fls. 78-79).

As informações foram prestadas (fls. 85-93).

O Ministério Público Federal ofertou parecer, manifestando-se pelo não conhecimento do *habeas corpus*, ou por sua denegação (fls. 95-98).

É o relatório.

DECIDO.

Observa-se nos autos que o acórdão em tela entendeu ser o caso de não

Superior Tribunal de Justiça

conhecer do *writ* impetrado na origem, porque o pleito defensivo de retificação do cálculo das penas do paciente, excluindo a anotação de reincidência específica, para fins de livramento condicional já está sendo objeto de análise da Corte Estadual, por meio do agravo em execução penal.

Constata-se, pois, que a matéria referente à impossibilidade de se reconhecer a reincidência específica do crime de tráfico de drogas com o tráfico privilegiado, por não ostentar este último a natureza de hediondo, para fins de livramento condicional, ainda não foi apreciada pelas instâncias ordinárias, já que interposto o Agravo em Execução Penal n. 0000812-14.2020.8.26.0496 perante o Tribunal de origem, não há, até o presente momento, informação quanto ao seu efetivo julgamento, fato que impede a análise do pedido por esta Corte, sob pena de indevida supressão de instância.

Dessa forma, torna-se inviável a análise da matéria diretamente por este Superior Tribunal, porquanto o tema ainda não foi debatido pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco, sob pena de incorrer em indevida supressão de instância, devendo a questão ser submetida, primeiramente, às instâncias ordinárias. Nesse sentido: HC 241.834/BA, Rel. Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, julgado em 08/04/2014, DJe 24/04/2014; HC 271.024/SP, Rel. Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, julgado em 24/04/2014, DJe 05/05/2014.

Ante o exposto, não conheço do *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRO NEFI CORDEIRO

Relator